

Massa Crítica

PACS

Setembro 2005 / nº 18

Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional

OMC: o “livre comércio” a serviço da desigualdade

Alain Simon

Economista Político e colaborador PACS /E-Changer (www.e-changer.ch)

Vivemos numa época de globalização dos mercados, onde produtos e serviços circulam entre diversos países do mundo. Essa situação, no entanto, não é nova. Há vários séculos, este processo de comércio internacional já existe. Desde a colonização - a "descoberta" da América data do fim do século XV - os europeus fazem comércio com as suas colônias. Enriqueceram graças a estas trocas. De acordo com o período, o comércio centra-se em diferentes produtos; ontem era o café, o cacau, o algodão; e hoje os serviços, como a saúde, a educação... Se os produtos mudam, a idéia é sempre a mesma: aquilo que traz mais lucro ou "valor adicional" (para utilizar um termo "econômico") encontra-se sempre no centro das atenções dos partidários do livre-comércio.

O trabalhador(a) torna-se um elemento facilmente descartável devido à desregulamentação globalizada das condições de trabalho.

Hoje, não são os produtos transformados o alvo dos capitalistas. São produzidos em "periferias" cada vez mais pobres. Constata-se, por exemplo, que uma parte cada vez mais importante das indústrias instaladas (há alguns anos) no México hoje são deslocadas para a China, já que lá as condições de produção são mais vantajosas para o capitalista. O trabalhador(a) torna-se um elemento facilmente descartável devido à desregulamentação globalizada das condições de trabalho. Ou seja, há uma perda generalizada dos direitos trabalhistas arduamente conquistados graças à organização dos próprios trabalhadores. Na economia globalizada, o trabalhador(a) é útil quando é concorrencial, isto é, vende barato sua força de trabalho e, depois, naturalmente, é colocado na lixeira, quando a empresa muda seus planos. O que vemos, então, são trabalhadores a serviço da economia, no lugar de uma economia a serviço dos trabalhadores. A OMC é um dos instrumentos essenciais deste movimento da “deshumanização” da economia.

Um pouco da história

A vontade de instaurar estruturas de livre comércio é antiga. A Inglaterra, desde o século XVII, sempre foi o grande partidário do livre comércio. De fato, a história econômica mostra que os países mais ricos e mais potentes são os promotores mais ferozes do livre comércio. A Inglaterra ontem, os Estados Unidos hoje. Não eram e não são os únicos, mas a idéia do livre comércio sempre foi apoiada pelos países mais ricos (hoje, por exemplo, pela Europa como um todo). Como a história econômica mostra, o livre comércio é um instrumento que permite aos mais fortes aproveitar-se dos mais fracos, para impor suas regras.

Um dos aspetos mais populares e mais sedutores do discurso dos promotores do livre comércio é permitir a cada país, de acordo com as suas possibilidades, disponibilidades e capacidades de concentrar-se na produção para oferecer serviços e produtos para melhorar a vida do conjunto da população mundial. Cada país produz, segundo esse discurso, o que sabe melhor fazer e importa o resto. Um fenômeno de otimização da produção. Uma idéia bonita, mas, como a história e o nosso presente mostram, não funciona como deveria.

A questão da correlação de força

A diminuição das barreiras aduaneiras é regulada no âmbito internacional. Ou seja, os países reúnem-se de maneira regular para poder definir conjuntamente a estratégia a ser adotada. O sistema da OMC é teoricamente muito democrático: um país, uma voz. Isso significa que cada país tem voz para votar nas plenárias. Os países mais ricos não deveriam ter a capacidade de impor a vontade deles, já que são uma minoria. Mas, como os países mais pobres dependem freqüentemente do investimento dos países mais ricos, os seus líderes fazem as vontades dos governantes dos países poderosos com o objetivo de obter alguns benefícios imediatos; como fundos para projetos de desenvolvimento, implantação de empresas estrangeiras (investimento direto), possibilidades de obter créditos, etc.

Por esta razão, o Brasil tenta constituir uma aliança entre aos países mais pobres a fim de poder defender interesses de mercado de forma comum. É mais fácil defender uma causa em conjunto. Os ricos compreenderam isso há muito tempo. Eles se reúnem de maneira oficial (por exemplo, nas reuniões do G7 ou do G8) e, freqüentemente, de forma oficiosa (Reunião de Davos). Teoricamente, os países mais pobres teriam os meios para defender seus interesses coletivos (pelo menos na OMC), mas para além da dificuldade de organizar-se, existem ainda outras ameaças.

Os detentores das tecnologias mais avançadas são também aqueles que detêm as armas mais potentes. Se a ameaça da guerra não é um argumento durante as negociações comerciais, ela desempenha um papel mais importante do que parece. Recusando as regras ditadas pelo mais rico, o mais fraco pode ficar em desvantagem. Apesar de a "ordem" econômica produzir um mundo cada vez mais desigual, cada vez mais insuportável, tanto no plano humano como ambiental, o fato de se opor ao sistema representa um risco.

Você acha que os países denominados pelos Estados Unidos como parte do "eixo do mal" são realmente mais perigosos do que os próprios acusadores? São designados como "eixo do mal" porque existe em algum lugar insubmissão, algum desacordo. Ou ainda, porque se encontram no caminho do petróleo. Georges W. Bush, o atual presidente dos Estados Unidos, anunciou claramente após os atentados de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gêmeas, em Nova Iorque: "Se não é comigo, é contra mim!" Um discurso claro e perigoso.

Não é simples encontrar formas de ações eficazes num mundo no qual existe uma margem de manobra cada vez mais estreita para a liberdade de expressão e de ação. Em novembro de 2005, as negociações da OMC vão continuar em Hong-Kong e está previsto que os temas da privatização da saúde, da educação e da água serão abordados. De maneira geral, espera-se uma liberalização cada vez mais forte dos serviços assim que a abertura dos mercados governamentais aconteça.

Mas o que fazer?

Há vários anos, movimentos de resistência na América Latina e no mundo inteiro lutam frente ao desenvolvimento do livre comércio. A implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) está encontrando resistência hoje graças a estes movimentos articulados internacionalmente. Daí a importância de que cada um e cada uma informe-se e participem destas lutas. Afinal, a implantação do livre comércio não é algo abstrato e distante. De fato, exerce um efeito importante e direto na nossa vida diária.

É o caso, por exemplo, da privatização da água da sua torneira, que corre o risco de acontecer rapidamente, se já não aconteceu. Se a privatização for realizada em nome de maior eficiência, a tendência mostra um aumento considerável do preço dos serviços. De acordo com Silvio Caccia, *"se os investimentos forem realizados por órgãos públicos municipais, o preço da água seria até 48% mais barata do que nos modelos de parceria privado-pública"*¹. No caso da água, trata-se de concessões. Ou seja, é o Estado (por consequência, os nossos impostos e outras taxas) quem paga a infra-estrutura, enquanto a exploração é colocada nas mãos de uma empresa privada. Esta tem deveres e obrigações, mas que permitem um lucro importante para os seus acionistas. No caso da água, trata-se de um produto indispensável à vida. Na impossibilidade da empresa privada honrar o seu contrato (de encaminhar a água potável, por exemplo), ou de imprevistos como catástrofes naturais, por exemplo, "naturalmente" o Estado vai assumir os investimentos necessários. O livre comércio responde com eficiência a este preceito: privatizar o lucro e socializar o risco.

Onde se informar?

Campanha "Jubileu Sul Brasil" e contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)

Rua Doutor Neto de Araújo, 168

Vila Mariana - São Paulo - SP

CEP: 04111-000

correio eletrônico: jubileubrasil@terra.com.br / jubileubrasil@caritasbrasileira.org

Telefone: (0xx11) 5572-1518 Telefax: (0xx11) 5573-8058

<http://www.jubileubrasil.org.br/>

REBRIP (Rede de integração dos povos)

Aliança Social Continental

www.rebrip.org.br Our world is not for selling - Nosso mundo não está à venda

[1] Silvio Caccia Bava, sociólogo, é diretor do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), (http://www.desempregozero.org.br/artigos/a_privatizacao_da_agua_no_brasil_e_no_mundo.php)

Aumento da desigualdade no mundo

Apesar do crescimento sem precedentes, o abismo entre ricos e pobres aumentou na última década tanto nos países mais ricos como nos países mais pobres, alerta a ONU, no relatório intitulado "A Situação Social Mundial de 2005".

Segundo o relatório, como fruto da globalização, as desigualdades se mantiveram tanto entre os países como dentro das economias nacionais, o que é observado em áreas como emprego, segurança no trabalho e salários.

De acordo com o relatório, no início dos anos 90, os 10% mais ricos dos países da América Latina detinham até 45% da renda nacional. No início deste milênio, essa diferença aumentou em oito países e o Brasil, que está entre os três países mais desiguais do mundo, detém o recorde da região: os 10% mais abastados têm uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres.

O relatório afirma ainda que um quarto da população trabalhadora do mundo não pode manter suas famílias porque recebem salários de cerca de US\$ 1 por dia. Além disso, a ampla maioria dos trabalhadores pobres pertence à "economia submersa", que cresceu devido à forte competitividade global e às mudanças no mercado trabalhista.

O relatório cita como exemplo o caso da China e da Índia nos quais, apesar de apresentarem crescimento econômico, as diferenças entre os trabalhadores cresceram ainda mais.

O problema não é apenas do mundo em desenvolvimento, diz o relatório, mas também dos países industrializados, uma vez que as diferenças mais pronunciadas entre os salários ocorrem nos EUA, Reino Unido e Canadá.

(Agências Internacionais): (Elementos tirados de O Globo Online, 25/8): O relatório no site da ONU: <http://www.un.org/esa/socdev/hwss/rwss.htm>

Massa Crítica é um informe com periodicidade irregular do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional. Este boletim pode ser reproduzido desde que seja citada a fonte.

Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124 - Caixa Postal: 7508 CEP: 20241-970
Site: www.pacs.org.br - Cor. Eletr. pacs@pacs.org.br

Associada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991
Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.
Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de 02/06/2003 – Lei nº 4.108.
Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei nº 3832 de 09/09/2004
Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003.



Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

Ação Quaresmal (Suíça); Christian Aid (Reino Unido); Desenvolvimento e Paz (Canadá); DKA (Áustria); E-Changer (Suíça); Ford Foundation (EUA); FPH (França); Instituto Marista de Solidariedade (Brasil); SCIAF (Escócia); TRÓCAIRE (Irlanda)